

Meio: Alagoas 24 Horas

Editoria: Economia

Data: 18/02/2019

Link: <http://www.alagoas24horas.com.br/1209414/estados-e-municipios-na-mira-da-lei-de-responsabilidade-fiscal/>

O imperativo do ajuste fiscal

Os empresários estão na expectativa do ajuste fiscal. Os desafios são muitos. Saúde, educação, segurança pública, há inúmeros setores que demandarão a tenção dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. A questão da empregabilidade, por seu turno, exige providências rápidas que viabilizem a criação e a melhoria dos postos de trabalho.

Estados e municípios na mira da Lei de Responsabilidade Fiscal

Estados e municípios brasileiros vivem o dilema do ajuste fiscal para equilibrar contas e atender aos limites de gastos com pessoal, estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). No início deste mês de fevereiro, o secretário da Fazenda de Alagoas, George Santoro, assinou, com outros secretários de Fazenda de seis estados, uma carta ao Supremo Tribunal Federal (STF), pedindo a redução de jornada de trabalho e de salários de servidores efetivos.

Quase 1,5 mil municípios estão na linha prudencial da LRF, segundo a Secretaria do Tesouro Nacional. Prefeitura de Maceió comprometeu o máximo de seu limite permitido por lei, que é de 60% (54% executivo e 6% legislativo).

Para quem descumpra a LRF, estão previstas restrições relacionadas à concessão de reajustes (apenas os aumentos determinados por contratos e pela Justiça são autorizados), à contratação de pessoal (exceto reposição de funcionários na saúde, na educação e na segurança), ao pagamento de horas extras e à proibição de alterar estruturas de carreiras.

Quem estoura o limite máximo também fica proibido de contrair financiamentos, de conseguir garantias de outras unidades da Federação para linhas de crédito e de obter transferências voluntária.